

OS LIMITES DA AUTOCRÍTICA:
O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DO BANCO MUNDIAL EM ASSUNTOS
RELACIONADOS AO COMÉRCIO ENTRE 1987 E 2004

*Mário Ferreira Presser*¹

Foi divulgado o relatório do Grupo Avaliador Independente (GAE), subordinado diretamente ao colegiado dos Diretores Executivos do Banco Mundial (doravante, chamado de Banco neste artigo), sobre as atividades de apoio do Banco ao comércio internacional entre 1987-2004.² A missão do GAE é identificar e disseminar as lições aprendidas pelo Banco na implementação de suas políticas e fazer recomendações baseadas nas conclusões da avaliação.

O diretor-geral do GAE é Vinod Thomas, diretor para o Brasil do Banco entre 2001-2005 e líder da equipe supervisionada por Lawrence Summers, então economista-chefe, para redigir o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991 - O Desafio do Desenvolvimento (RDM 1991)*, que pretendia fornecer um enfoque único e geral para o desenvolvimento econômico, justificando as práticas recomendadas pelo emergente Consenso de Washington.³ A autora principal do IEG (2006) foi Yvonne Tsikata, técnica com experiência em outras divisões do Banco. Logo, não se trata de uma avaliação que reflita uma visão externa, mais crítica, das atividades do Banco. Os insumos foram basicamente fornecidos pela equipe interna. Esse exercício de autocrítica documenta a mudança na visão do Banco dos processos de liberalização comercial nos países em desenvolvimento, que se processou em parte para responder às corrosivas críticas de Joseph E. Stiglitz, durante e após seu polêmico mandato como economista-chefe do Banco (1997-2000), em parte para retomar a iniciativa perdida para a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) na preparação da agenda negociadora dos países em desenvolvimento nas reuniões Ministeriais da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle (1999) e Doha (2001).⁴

O Banco foi importante fonte de financiamento de projetos e apoio técnico a atividades relacionadas ao comércio dos países em desenvolvimento entre 1987 e 2004, área em que emprestou US\$ 38 bilhões para 117 países (8,1% dos seus empréstimos totais nesse período). Complementarmente, desenvolveu extensa pesquisa sobre temas relacionados ao comércio internacional.

Segundo o IEG (2006), as atividades de apoio do Banco ao comércio internacional passaram por três fases entre 1987-2004. Na primeira, até meados da década de 1990, quando a OMC entrou em

¹ Professor do Instituto de Economia e Coordenador do Curso em Diplomacia Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), detém neste semestre a Cátedra de Estudos Brasileiros da Unicamp na Universidade de Buenos Aires (UBA).

² World Bank Independent Evaluation Group. *Assessing World Bank Support for Trade, 1987-2004. An IEG Evaluation*. Washington, DC: The World Bank, 2006. 246 p. Daqui por diante, denominado IEG (2006), neste artigo.

³ Critiquei o RDM 1991 no capítulo 3 da minha tese de doutoramento, ver Presser (1999).

⁴ As críticas podem ser encontradas em Stiglitz (2001).

operação, a promoção da liberalização comercial nos países em desenvolvimento foi a forte tônica das suas atividades ligadas ao comércio. Na segunda, que perdurou da inauguração da OMC até o lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais em Doha em 2001, houve uma menor atenção aos temas do comércio. Nessa fase, uma vez instalada a OMC, o apoio do Banco dirigiu-se às privatizações e ao investimento estrangeiro direto, supostamente para melhorar o “clima dos investimentos” nos países-clientes. Na terceira, que perdura até os dias de hoje, a preservação do sistema multilateral de comércio e a superação das barreiras regulatórias ao comércio internacional absorveram boa parte das preocupações do Banco.

O forte apoio do Banco à liberalização comercial dos países em desenvolvimento na primeira fase (1987-1994) concretizou-se por meio de 247 projetos que aportaram US\$ 40,1 bilhões (cifra que inclui seus empréstimos mais o co-financiamento dos governos tomadores), em boa parte concedidos na forma de *Structural Loans* (SALs) e *Sector Adjustment Loans* (SECALs), associados a fortes condicionalidades. Note-se que neste período, o FMI também passou a incluir condicionalidades ligadas à liberalização comercial nos seus empréstimos.

Procurava-se, na época, estimular e fortalecer o processo de formação de um “consenso” para os países em desenvolvimento, particularmente os da América Latina e Caribe, que visava operacionalizar os Estados Nacionais com as agências que ajustariam suas sociedades às demandas de um novo modelo de desenvolvimento econômico, orientado para fora (*outward-oriented*) e para o mercado (*market-friendly*). O “consenso” defendeu a retirada progressiva do Estado da vida econômica, em boa parte respondendo às pressões ofensivas por liberalização, privatização e desregulação dos mercados dos países em desenvolvimento exercidas pelos governos dos países desenvolvidos. Foi implementado em muitos países por meio das condicionalidades cruzadas das instituições criadas em Bretton Woods, exigidas dos países que necessitavam de financiamento externo – daí se tornar conhecido por Consenso de Washington.⁵ Essas considerações de economia política internacional não recebem destaque na avaliação.

Nessa fase, as reformas das políticas comerciais dos países em desenvolvimento apoiadas pelo Banco enfatizaram a liberalização das importações, com ênfase menor na promoção das exportações, na política cambial e em outras políticas internas. Note-se que as negociações multilaterais da Rodada Uruguai se encontravam em andamento e as condicionalidades do Banco se alinharam às demandas ofensivas dos países desenvolvidos, reduzindo na prática o poder de barganha dos países em desenvolvimento, outro fato da economia política internacional ausente da avaliação. De fato, a avaliação confirma que boa parte dessa liberalização comercial deu-se **antes** da entrada em funcionamento da OMC em 1995, tendo sido, portanto, **unilateral**, ao contrário da liberalização dos países desenvolvidos, que foi negociada multilateralmente dentro do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).⁶

O IEG (2006) aponta na sua introdução as raízes teóricas e empíricas das maiores condicionalidades relacionadas ao comércio nos seus empréstimos de ajustamento estrutural,

⁵ Uma visão mais crítica do papel do FMI e do Banco Mundial neste período pode ser encontrada em Peet (2003).

⁶ Ver a evolução das tarifas médias dos países em desenvolvimento em IEG (2006, p. xiii, graf. ES.1).

sugeridas no *Relatório do Desenvolvimento Mundial 1987*, preparado sob a supervisão de Anne O. Krueger, então economista-chefe do Banco:

Durante a primeira fase (começando na década de 1980 e se estendendo até meados da década de 1990), o Banco baseou seu envolvimento na importância percebida do comércio para o crescimento econômico e no papel da abertura para melhorar a eficiência econômica de um país. Importantes canais entre comércio e crescimento foram assumidos, entre os quais a melhor designação dos recursos por meio de mudanças nos preços relativos, maiores incentivos para inovações e adaptações, o barateamento dos bens de capital, e maiores fluxos de investimento direto estrangeiro associados com as novas oportunidades comerciais. Aumentando os incentivos e a rentabilidade das exportações, esperava-se que o apoio do Banco às reformas comerciais auxiliasse no aumento e diversificação das exportações, melhorando o que era chamado então de ambiente propício (*enabling environment*) e hoje se denomina de clima dos investimentos (*investment climate*) (IEG, 2006, p. 3).

As reformas das políticas comerciais recomendadas pelo Banco enfatizaram a “tarificação” (com a eliminação das barreiras quantitativas), tarifas baixas e relativamente uniformes (numa faixa entre 5% e 20%), por razões de eficiência e economia política, e taxas de câmbio realistas. O IEG (2006) avaliou que esse foco das condicionalidades se revelou “muito estreito” e “subestimou a complexidade e a seqüência das políticas complementares; o papel do ambiente externo (em grande parte, tomado como dado); a interação entre comércio, crescimento e resultados distributivos; e os contextos específicos de cada país (como as condições iniciais e as instituições) nos quais essas políticas interagiam”. Conseqüentemente, “o aconselhamento do Banco foi muito otimista sobre os efeitos benéficos da liberalização comercial para o crescimento no curto prazo” (IEG, 2006, p. xvi).

Os resultados foram obtidos a partir das observações de uma amostra de 45 países em desenvolvimento que liberalizaram suas políticas comerciais, 35 deles apoiados pelo Banco. O Brasil entra na mostra como um reformador independente do Banco, que promoveu uma reforma comercial gradual e de baixa intensidade, segundo os critérios da avaliação.⁷ Os resultados confirmam que as reformas comerciais foram muito significativas e extremamente rápidas, em particular comparadas ao notório gradualismo dos países desenvolvidos entre 1948-1979.⁸ **Quase a metade das reformas foi efetuada em até três anos.** As tarifas ponderadas dos reformadores caíram de 25%, em média, no momento inicial da reforma, cifra que o IEG (2006) reconhece estar subestimada, para apenas 7% cinco anos após. As barreiras não-tarifárias foram eliminadas de forma ainda mais espetacular.⁹

Adicione-se que essas reformas comerciais foram implementadas por alguns reformadores, em especial os clientes do Banco, acompanhadas de fortes valorizações da taxa de câmbio efetiva real,¹⁰ contrariando uma das condições prévias mais destacadas pelos teóricos das liberalizações: a necessidade de ser acompanhada por uma taxa de câmbio competitiva.

⁷ Esses critérios estão longe da unanimidade. A reforma da política comercial brasileira entre 1990-93 é vista como “radical” (pelo seu curto prazo e ações tomadas) em Veiga e Ventura-Dias (2004).

⁸ Em 1948, ocorreu a primeira rodada de negociações do GATT. A liberalização tarifária substancial dos países desenvolvidos foi consolidada em sucessivas negociações no GATT, mas o protecionismo não-tarifário persiste até os dias de hoje. O próprio IEG (2006) comenta que os EUA levaram cinquenta anos no pós-guerra para reduzir suas tarifas de uma média um pouco abaixo de 50% para a região de 7%.

⁹ Ver indicadores do protecionismo em IEG (2006, p. 37, tab. 4.2).

¹⁰ Ver indicadores econômicos em IEG (2006, p. 39, tab. 4.4).

Para os reformadores, o crescimento das importações foi substancial, em especial para os clientes do Banco.¹¹ Por outro lado, o crescimento das exportações foi muito modesto para o conjunto dos reformadores.¹² Os déficits em conta corrente dos reformadores apoiados pelo Banco, que já eram elevados no momento inicial das reformas (em torno de 4,4% do PIB), permaneceram assim (em torno de 4% do PIB). Os déficits dos reformadores independentes (um pouco mais de 2% do PIB antes das reformas) transformaram-se em superávits (pouco mais de 1% do PIB) na primeira década depois das reformas.

O IEG (2006) não salientou na sua avaliação que o crescimento das importações dos reformadores assistidos pelo Banco, ao não ser acompanhado de um *boom* exportador, deixou que estes países, com dívidas externas superiores a 90% do PIB, em média, continuassem fortemente endividados e vulneráveis às mudanças desfavoráveis no ambiente externo também depois das reformas.

O crescimento da renda *per capita* dos reformadores, que era inferior a 1% antes das reformas, passou a pouco mais de 2% depois das reformas (IEG, 2006, nota 11). Os reformadores independentes tiveram um melhor desempenho relativo. Note-se que este foi um período em que retornou um relativo equilíbrio macroeconômico ao conjunto dos países em desenvolvimento, com o fim de quase todos os regimes de alta inflação e da desordem macroeconômica, o que garantiria, por si só, maiores taxas de crescimento.

Em resumo, os reformadores aumentaram as importações rápida e significativamente, melhoraram moderadamente seu desempenho em termos de crescimento econômico, que era pífio antes das reformas, mas não conseguiram aumentar expressivamente, muito menos diversificar, as exportações. O objetivo principal e imediato das políticas de apoio do Banco aos reformadores era justamente elevar seu desempenho comercial. A hipótese implícita era que a expansão do comércio contribuiria para atingir o objetivo institucional maior do Banco de redução da pobreza, por meio do maior crescimento e da criação de empregos. A conclusão do IEG (2006) foi inequívoca ao analisar o desempenho econômico dos países que cumpriram satisfatoriamente as condicionalidades do Banco: *a liberalização comercial por si mesma não é capaz de gerar um melhor desempenho econômico.*

No tocante ao desempenho exportador da amostra, a receita do sucesso foi assim resumida pelo IEG (2006): com poucas exceções, foram países do Leste Asiático,¹³ onde as taxas de câmbio efetivas reais se desvalorizaram moderadamente e os déficits em conta corrente foram sendo reduzidos nos anos seguintes às reformas. Esses países foram, em regra, reformadores de “baixa intensidade” (China e Coreia do Sul foram classificados como reformadores de “alta intensidade”) e fizeram as reformas dos regimes de comércio exterior de forma “gradual” (exceto na Coreia do Sul, Filipinas e

¹¹ Ver crescimento das importações em IEG (2006, p. 141, tab. D5. 2b).

¹² Ver crescimento das exportações em IEG (2006, p. 142, tab. D5. 2c).

¹³ São apenas sete países do Leste Asiático na amostra: China, Indonésia, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia e Vietnã. China e Coreia do Sul, os grandes exportadores individuais deste grupo, não tomaram empréstimos relacionados ao comércio junto ao Banco.

Vietnã, onde teriam sido “rápidas”).¹⁴ Esses países registraram fortes ganhos de competitividade nas suas exportações de manufaturados entre 1982-85 e 2000-03, mas a diversificação dessas exportações foi mínima (ao nível de três dígitos da classificação SITC), ainda que tenha diminuído a concentração das exportações, medida pela participação das três rubricas maiores nas exportações totais.¹⁵ Exceto Filipinas, todos os demais registraram altos ganhos de valor adicionado nos manufaturados.

No conjunto da amostra, todos os reformadores registraram significativos ganhos de produtividade na produção manufatureira, mas poucos, em especial aqueles que alcançaram sucesso, conseguiram “conservar os frutos do seu próprio progresso técnico”, confirmando o alerta de Raul Prebisch, há quase sessenta anos atrás, sobre a importância de estudar as diferenças estruturais entre Centro e Periferia na absorção dos ganhos de produtividade.

O IEG (2006) destacou que o Banco deu pouca atenção às políticas seletivas para promover as exportações, justamente um dos ingredientes do sucesso dos países do Leste Asiático. O IEG (2006) reconheceu que o Banco simplificou e generalizou a experiência dos países do Leste Asiático para apoiar suas recomendações entre 1987-2001 (IEG, 2006, p. 91). Mas seriam as condições macroeconômicas inapropriadas (em especial, a valorização cambial), as respostas deficientes na capacidade de oferta e a subestimação dos fatores externos (acesso a mercados e evolução dos termos de troca) que explicariam em grande parte os fracassos.¹⁶

Além disto, o IEG (2006) notou que os aspectos relativos ao custo do ajustamento nas liberalizações e as ligações entre comércio e pobreza também receberam pouca atenção dos técnicos do Banco: “influenciados por uma leitura estreita das predições da teoria econômica: que removendo barreiras comerciais nos países em desenvolvimento aumentaria a demanda pelo seu abundante estoque de trabalhadores não-qualificados, bem como o emprego e os rendimentos desses trabalhadores” (IEG, 2006, p. 35).¹⁷

Feito este breve balanço sobre as evidências apresentadas sobre crescimento e comércio pelo IEG (2006), é forçoso reconhecer – a equipe de avaliação compreensivelmente admite com relutância que o debate continua em aberto – que os críticos da liberalização tinham levantado uma série de questões sobre as condições da obtenção da estabilidade macroeconômica, a trajetória da taxa de câmbio real, as políticas para promover as exportações, o desenho e a seqüência das reformas das políticas comerciais e o entorno internacional dessas políticas, que se revelaram muito mais pertinentes do que os técnicos do Banco admitiram durante a fase de implementação dessas reformas.¹⁸ O IEG (2006) apela para uma suposta convergência no debate: pesquisadores de ambos os lados do debate também concordam cada vez mais sobre a importância das especificidades nacionais e das instituições

¹⁴ Ver fatores que explicam as mudanças nas exportações em IEG (2006, p. 41, tab. 4.6). A classificação dos países segundo suas orientações nas reformas das políticas comerciais está no Apêndice D5.

¹⁵ As mudanças na concentração das exportações estão em IEG (2006, p. 41, tab. 4.5).

¹⁶ Encontram-se referências explícitas às crises financeiras da década de 1990 somente no estudo de caso da Indonésia, admitindo-se que o papel do Banco na crise foi controverso até nas recomendações sobre política comercial. Ver IEG (2006, Apêndice D7). Uma visão de economia política internacional, muito mais crítica do papel do Banco na Indonésia e na crise asiática de 1997-1998, encontra-se em: Wade (2002).

¹⁷ Os técnicos do Banco entrevistados coincidiram com a equipe avaliadora neste ponto. Ver Apêndice E6.

¹⁸ Ver sua resenha do estado do debate sobre comércio e crescimento no Apêndice B1.

em separar e analisar as várias políticas que afetam o comércio e o crescimento (IEG, 2006, p. 85). Banco não deve contar com o apoio dos seus críticos. Um dos mais respeitados, Dani Rodrik, classificou o programa de reformas institucionais do Banco de “absurdamente amplo e indiferenciado” e “demasiadamente insensível ao contexto e às necessidades locais” (Rodrik, 2002).

Com a entrada em funcionamento da OMC, em 1995, o Banco dispersou seus técnicos especializados em comércio pela instituição, refletindo a menor prioridade que o tema passava a gozar. Nessa segunda fase (1995-2000), os empréstimos relacionados ao comércio dirigiram-se, em sua maior parte, a apoiar a expansão da logística do comércio internacional para elevar a competitividade de seus clientes e facilitar sua integração às cadeias globais de produção.

O comércio internacional volta ao centro das atenções do Banco com o fracasso da Ministerial de Seattle em 1999 e o posterior anúncio da Rodada Doha em novembro de 2001. Lançada como uma “rodada do desenvolvimento” e vista pelos países em desenvolvimento como destinada a equilibrar os resultados da Rodada Uruguai, julgados pouco favoráveis, contemplou “revisionismos” na sua agenda (o reforço do tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento, por exemplo). Um renovado apoio do Banco aos temas do comércio internacional tornou-se novamente necessário, do ponto de vista dos países desenvolvidos, em especial como fonte de estudos e políticas comerciais alternativas aos prescritos pela Unctad.¹⁹ Daí, a nova ênfase do Banco em pesquisa, participação em fóruns de discussão e a promoção da OMC como uma instituição que promove os interesses dos países mais pobres.

Nesta terceira fase, a estratégia do Banco foi dupla: promover as vantagens de um sistema multilateral de comércio “reciprocamente aberto” e incentivar que os países em desenvolvimento incorporassem o comércio nas suas estratégias nacionais, em especial naquelas de redução da pobreza. Do ponto de vista da economia política internacional, ressalte-se o diagnóstico do IEG (2006) sobre as atividades do Banco relacionadas ao comércio no período 2001-2004:

Ainda que os objetivos das estratégias do Banco tenham sido relevantes, a instituição poderia ter definido mais claramente como as monitoraria e operacionalizaria. Parcialmente por causa das pressões dos doadores e outros interesses e pressões externos associados com o cronograma das negociações na OMC, o Banco colocou mais ênfase neste aspecto da estratégia (as vantagens de um sistema multilateral reciprocamente aberto, MFP) do que na operacionalização do comércio no âmbito dos países (IEG, 2006, p. 69-70).

A grande ironia é que a ênfase nas vantagens de um sistema multilateral de comércio “reciprocamente aberto” levou o Banco a denunciar enfaticamente o protecionismo residual dos países desenvolvidos no setor agrícola e a demandar sua abertura, reforçando os argumentos dos países em desenvolvimento e da Unctad neste particular. Procurou, talvez, pressionado por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e países em desenvolvimento, compensar sua notória falta de atenção às questões de acesso aos mercados dos países desenvolvidos no período 1987-2001. O IEG (2006) não deixou de notar que estas denúncias contrastavam com os resultados de suas outras pesquisas, que

¹⁹ O trabalho fundamental que relançou a Unctad nas negociações comerciais da OMC como a grande promotora dos interesses dos países em desenvolvimento foi: Unctad. *A positive agenda for developing countries: issues for future trade negotiations*. Genebra: United Nations, 2000.

continuavam a defender que a liberalização **unilateral** seria altamente benéfica para os países em desenvolvimento e que os maiores ganhos na Rodada viriam da liberalização **Sul-Sul** (por sinal, dando-se em âmbito multilateral, beneficiaria em muito os países do Norte).

Vale dizer, a exigência de abertura comercial do mundo desenvolvido em agricultura, setor onde seu protecionismo residual é elevadíssimo, subscrita pelo Banco, dificultou a consecução de uma barganha mais favorável aos interesses ofensivos dos países desenvolvidos. As negociações multilaterais foram paralisadas e se iniciou uma corrida de vários membros rumo a acordos regionais, ameaçando a integridade do sistema multilateral, cuja manutenção era justamente um dos dois objetivos centrais do novo engajamento do Banco com temas relacionados ao comércio. Por outro lado, a Unctad, na sua reunião ministerial em São Paulo em 2004, aproveitou a ênfase nas vantagens da liberalização Sul-Sul para reavivar seu sistema de preferências globais entre países em desenvolvimento, que evita a liberalização multilateral. As questões em Acesso aos Mercados para os Produtos Não-Agrícolas (NAMA) e Serviços, nos quais os interesses ofensivos dos controladores e principais doadores do Banco são mais notórios, ficaram em segundo plano nas negociações internacionais. Além disso, essa dinâmica das negociações juntou os países em desenvolvimento em grupos negociadores que demandam concessões significativas dos desenvolvidos, um evento que não foi bem recebido em Cancun e Hong Kong pelos controladores do Banco, que têm um conceito bem diverso de “reciprocidade” (Presser, 2005).

Quanto a incorporar comércio nas estratégias nacionais de desenvolvimento, o IEG (2006) notou que significava coisas distintas para diferentes pessoas, dentro e fora do Banco. Sempre é bom lembrar que o tema da Unctad XI em São Paulo em 2004 foi justamente melhorar a coerência entre estratégias nacionais de desenvolvimento e os processos econômicos globais para facilitar o desenvolvimento, exatamente como propunha o Banco, mas com políticas substancialmente diferentes. Como sugerido acima, minimizar os custos do ajustamento nunca foi uma prioridade do Banco. Choques exógenos e fatores externos também nunca foram convenientemente incorporados, segundo o IEG (2006). O mesmo pode ser afirmado para os impactos das políticas comerciais na pobreza e na desigualdade da renda. O relatório afirma que o Banco agora admite examinar políticas estatais estratégicas para compensar as falhas dos mercados em informação e comunicação, como políticas complementares à liberalização, uma suposta evidência coletada pelo IEG (2006) de que o Banco passou a pregar políticas comerciais consensuais (IEG, 2006, p. 70).

Não à toa, o IEG (2006) nas suas recomendações finais clama por maior liderança intelectual e estratégica do recém-criado Departamento de Comércio do Banco para fornecer as diretrizes para que as equipes nacionais possam incorporar comércio nas estratégias nacionais de desenvolvimento.²⁰ O problema é que o abandono do enfoque macroeconômico da liberalização – por suas limitações, desvendadas nesta avaliação – gerou no próprio Banco uma proliferação de estudos dos efeitos microeconômicos das reformas comerciais sobre as empresas e as famílias, que serão dificilmente conciliáveis com a promoção de qualquer paradigma único. As agendas serão bem mais específicas

²⁰ O Departamento de Comércio do Banco foi criado em 2002, em resposta às novas necessidades geradas pela Rodada Doha.

para cada país. Como reconhece o IEG (2006), a evidência empírica acumulada é limitada, pouco conclusiva e não permite fortes generalizações.²¹

Na ausência de um forte paradigma intelectual desenvolvido no Banco para justificar uma ambiciosa rodada de liberalização por parte dos países em desenvolvimento, um leitor desavisado poderia pensar que as idéias heterodoxas da Unctad – gradualismo, não-reciprocidade, tratamento especial e diferenciado, ativismo seletivo, cooperação macroeconômica, fortalecimento do comércio Sul-Sul e maior flexibilidade na implementação das regras acordadas – finalmente estariam recebendo melhor acolhida nas negociações multilaterais em curso na OMC. Nada mais longe da verdade. Em setembro de 2005, Supachai Panitchpakdi, ex-diretor geral da OMC, tornou-se secretário-geral da Unctad. Desde então, tem se tornado cada dia mais evidente que se encontra em marcha uma tentativa de redução do escopo das atividades da Unctad pelos países desenvolvidos, sob a liderança do governo americano.²² Suprema ironia, no momento de sua maior fragilidade teórica e intelectual nas questões ligadas ao comércio internacional nos últimos vinte anos, o Banco Mundial pode obter sua maior vitória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991. O Desafio do Desenvolvimento*. Nova Iorque: Oxford University Press for the World Bank, 1991. (Edição em português distribuída pela Fundação Getúlio Vargas – FGV).

KHOR, Martin. Unctad mid-term review starts debate on its role, mandate. *TWN Info Service on WTO and Trade Issues*, May 09, 2006. Disponível em: <<http://www.twinside.org.sg/title2/twninfo408.htm>>.

PEET, Richard. *Unholy trinity*. The IMF, World Bank and WTO. New York, NY: Zed Books, 2003.

PRESSER, Mário F. A volta da “grande barganha”: as negociações na OMC às vésperas da Reunião Ministerial de Hong Kong. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, Campinas, Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais/IE/Unicamp, n. 5, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim5.asp>.

PRESSER, Mário F. *Políticas macroeconômicas, restrição externa e reformas estruturais: um continente, duas visões*. Campinas, SP: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

RODRIG, Dani. Depois do neoliberalismo, o quê? Notas para o seminário promovido pelo BNDES, *Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo*, Rio de Janeiro, RJ, 12-13 de setembro de 2002.

STIGLITZ, Joseph E. *Globalization and its discontents*. New York, NY: W.W. Norton, 2001. Tradução em português *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Editora Futura, 2002.

VEIGA, Pedro da Motta; VENTURA-DIAS, Viviane. Brazil: the fine-tuning of trade liberalization. In: LENGYEL, Miguel F.; VENTURA-DIAS, Viviane (Ed.). *Trade policy and reforms in Latin America*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2004.

WADE, Robert. US hegemony and the World Bank: the fight over people and ideas. *Review of International Political Economy*, v. 9, n. 2, p. 215-243, 2002.

²¹ IEG (2006, p. 12, tab. 2.1), Sumário das Questões sobre Desenho das Políticas.

²² O Grupo dos 77 e China, na reunião de avaliação do mandato da Unctad XI em maio de 2006, tiveram de expressar sua forte preocupação com a manutenção da orientação para o desenvolvimento e da integridade intelectual da Unctad, em especial quando desafia a sabedoria convencional. Ver, Khor (2006).